

Reunião do PMDB leva Richa a mudar proposta

Arquivo — 19/10/84

BRASÍLIA — O relator da Comissão da Organização do Estado, senador José Richa (PMDB-PR), foi convencido, na noite de terça-feira passada, a não incluir, no parecer que apresentará até o final da semana, a possibilidade da concessão de serviços públicos a empresas privadas. Esse é um dos resultados da reunião promovida pelo líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, em seu apartamento, com seus vice-líderes, dois relatores e os líderes do partido na Câmara e Senado, respectivamente, deputado Luiz Henrique e senador Fernando Henrique Cardoso.

A reunião mostrou que Covas continua no comando das negociações internas no PMDB em torno da nova Constituição. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, foi convidado mas disse que não poderia ir por causa do jantar oferecido pelo presidente José Sarney aos pemedebistas do grupo *Centro Democrático*. No entanto, Sant'Anna acabou aparecendo no apartamento de Covas, para garantir seu apoio às negociações que o senador está desenvolvendo.

Também o presidente nacional do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, foi convidado e prometeu comparecer. Por causa disso, Covas só abriu seu apartamento para a imprensa depois que Ulysses, por volta de 21h 45min, telefonou para dizer que um resfriado o impedia de vir.

Segundo alguns pemedebistas presentes à reunião, Covas só atendeu os jornalistas depois que Ulysses telefonou para mostrar que a direção pemedebista estava unida de novo nas negociações. Para outros pemedebistas, só o fato de Ulysses ter se comprometido a ir à casa de Covas, significa que o senador está no comando.

Consenso — À reunião compareceram, além de Richa, Fernando Henrique e Luiz Henrique, o relator da Comissão da Soberania, senador José Paulo Bisol (PMDB-RS); os deputados Euclides Scalco (PR), Robson Marinho (SP), Antônio Britto (RS), Antônio Perosa (SP), Miro Teixeira (RJ) e Paulo Macarini (SC), vice-líderes na Constituinte; os deputados Antônio Mariz (PB) e Nelson Jobim (RS); o assessor especial de Ulysses para a Constituição, professor Miguel Reale Júnior; e o assessor especial de Covas, professor José Afonso da Silva. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (AM) só participou da reunião no começo.

Covas confirmou que vai se reunir, até o final da semana, com dois relatores por dia. O objetivo é compatibilizar os pareceres que eles vão apresentar e negociá-los dentro do partido. Segundo um dos participantes da reunião, as propostas não conterão grandes avanços ou recuos mas representarão o consenso do partido sobre uma Constituição adequada à realidade do país.

Na terça-feira, Richa e Bisol foram os primeiros a discutir seus pareceres. Richa queria incluir, entre as competências da União, a possibilidade de passar a empresas privadas determinados serviços públicos, como o das telecomunicações. Foi vivamente contraditado pelos deputados Euclides Scalco e Paulo Macarini.

Cadastro Individual do Cidadão

Na primeira reunião promovida pelo senador Mário Covas com seus vice-líderes e os senadores José Paulo Bisol e José Richa para começar a coordenação dos relatórios das comissões temáticas, o deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) fez uma sugestão que, se aceita, traria para a Constituinte em assunto que tem sido muito discutido na Europa: a instituição do Cadastro Individual do Cidadão, que existe, inclusive, na Constituição de Portugal. Pela proposta do deputado catarinense, cada brasileiro, ao nascer, ganharia um número que identificaria a pessoa, valeria para todos os documentos do



Richa cedeu às pressões

Richa retrucou que o Japão havia privatizado até as ferrovias e os correios. No fim, prevaleceu uma sugestão de Nelson Jobim: Richa proporá a manutenção do monopólio estatal nos serviços onde já existe e o restabelecimento do monopólio do refino do petróleo.

Privatização — Caberá à Comissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação discutir se os serviços de telecomunicações poderão ser parcialmente privatizados. No entanto, isso dependerá de autorização do Congresso. Richa comprometeu-se também a propor a transferência de competência da União para os estados e municípios, com o objetivo de promover a descentralização administrativa. Em seu parecer, o senador também proporá a extensão da chamada "iniciativa popular de legislação" no âmbito estadual. Por ela, um determinado grupo de cidadãos pode apresentar projetos de lei diretamente às assembleias de seus estados.

O senador José Bisol chegou por volta de 22 h e, durante uma hora e meia, apresentou as linhas do parecer que está preparando. Segundo um pemedebista, será muito avançado e voltará a ser discutido com Covas, uma forma sutil de dizer que a proposta poderá ser reformulada.

Greve — No caso do aborto, por exemplo, senador gaúcho acha que é problema para a legislação ordinária e não constitucional. Bisol argumentou que, em 30 anos de magistratura, só julgou processos em que eram acusadas de prática de aborto empregadas domésticas e mulheres carentes.

Bisol opinará pela liberação do direito de greve, ressalvando que, nos serviços essenciais, deverá haver um nível mínimo de funcionamento garantido pelo respectivo sindicato, que será responsabilizado judicialmente por qualquer falha. O parecer deverá prever também o direito de resistência e descumprimento de ordens ilegais, e a suspensão temporária dos direitos adquiridos pelo funcionalismo público, visando à reforma da máquina burocrática.

cidadão e o acompanharia até a morte. O próprio Macarini reconhece que todo mundo reagiu à proposta e apenas o argumento de que isso facilitaria a vida das pessoas nas suas relações com a previdência social sensibilizou um pouco.

O relator da Comissão da Ordem Social, senador Paulo Bisol, na primeira versão do seu anteprojeto, sugere que "o Brasil não adotará o sistema de numeração única para os seus cidadãos".

E o principal argumento contrário é de que esse cadastro daria ao Estado o controle absoluto sobre o cidadão.

Miro pede comissão de controle do Executivo

BRASÍLIA — Por iniciativa do deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ), a Câmara dos Deputados poderá instalar uma comissão permanente de fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo e os da administração indireta, antes do final dos trabalhos da Constituinte. Ele encaminhou requerimento neste sentido ao presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, que, em despacho; incumbiu o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos (PFL-MG), de apresentar parecer na próxima reunião da Mesa Diretora.

"Através desta Comissão, o Legislativo teria poderes para desvendar todos os mistérios da República, como a construção da Ferrovia Norte-Sul, e de sustar um projeto destes", explicou o autor da idéia. Para Miro Teixeira, a instalação desta comissão permanente significaria a retomada das prerrogativas do Congresso Nacional. Miro está confiante, já que o próprio PMDB, quando estava na oposição, apresentou um projeto de autoria do senador Mauro Benevides (PMDB-CE), determinando a instalação de comissões "de Fiscalização e Controle" pela Câmara e Senado Federal. Aprovado, o proje-

to transformou-se na lei 7.295 (de 19/12/84), mas a comissão da Câmara não foi criada até hoje.

Um ato da Mesa da Câmara, já em 87, estabelece que as comissões permanentes e técnicas só serão instaladas após a promulgação da Constituição. Mas o deputado Miro Teixeira, justificando que "há constantes denúncias de irregularidades, e até corrupção, na administração pública direta e indireta", pediu ao doutor Ulysses Guimarães "a instalação imediata" da sua comissão de fiscalização e controle dos atos do Executivo.

"Assim, nós poderemos verificar em que pé anda a implantação do trem-bala (que ligaria Campinas ao Rio de Janeiro) e teremos condições de frear estes gastos públicos que são inflacionários. É preciso saber se há projetos prontos e verbas previstas no orçamento para implantação destas obras. A instalação desta comissão permanente será um fato promissor", afirma o deputado.

Miro Teixeira é um dos parlamentares que defendem a realização de eleições diretas para presidente da República em 15 de novembro de 1988.